



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 18 – Ano IX – 10/2020
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Conceitos, representação do conhecimento e estado nutricional indígena

Prof. MSc. Ricardo Rodrigues Mendes
Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC) / Mestre em Avaliação Física (UTAD – Portugal) / Professor EBTT / IFBA
<http://lattes.cnpq.br/7834682843214752>
E-mail: ricardor@ifba.edu.br

Prof^a. Dr^a. Clícia Maria de Jesus Benevides
Professora Titular Plena do Departamento de Ciências da Vida (DCV), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutora em Química (UFBA), Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Difusão do Conhecimento (PPGDC - UFBA)
<http://lattes.cnpq.br/4154616951839675>
E-mail: cbenevides@uneb.br

Resumo: Revisar os conceitos e a representação do conhecimento estabelecida genericamente para um universo heterogêneo, pode estabelecer resultados nocivos a populações como a de indígenas. Neste sentido, o objetivo deste artigo foi analisar a fundamentação da avaliação nutricional indígena a partir dos conceitos e representação do conhecimento a partir da visão de D'Assunção de Barros e Schopenhauer, utilizando metodologicamente uma tripla estrutura que perpassa pela ambientação com a temática da avaliação do Estado Nutricional como um dos elementos de qualidade de vida de uma população indígena, os conceitos trazidos como forma de alerta para o controle da nossa relação com o objeto de pesquisa. Ao final, buscou-se evidenciar a aplicação da ciência junto a comunidades indígenas, com a finalidade de proporcionar uma representação fidedigna e respeitosa que consiga unir os conhecimentos tradicionais com as representações de conhecimento.

Palavras-chave: Conceitos, Conhecimento, Estado Nutricional, Indígenas

Introdução

Tendo em vista a permanente necessidade de revisar nossas práxis científicas e seus desdobramentos práticos a partir de conceitos estabelecidos genericamente em um universo populacional tão variado como o brasileiro, cabe-nos rebuscar a reflexão sobre a representação do mundo enquanto pesquisadores a partir de conceitos estabelecidos universalmente para grupos específicos como os de indígenas.

Especificamente a Avaliação do Estado Nutricional de Indígenas no Brasil, gerou suspeitas sobre a aplicação de padrões internacionais nesse tipo de prática. Uma vez adotados padrões universais perante grupos heterogêneos, suscita a revisão de conceitos acerca do processo estabelecido, onde os resultados obtidos podem não representar verdadeiramente a proposta de conhecimento prevista inicialmente, podendo causar avaliações conflitantes a posteriori nas quais podem estar se perpetuando práticas nocivas aos preceitos de uma verdadeira ciência.

Neste sentido, o objetivo específico deste artigo foi analisar a fundamentação da avaliação nutricional indígena a partir dos conceitos e representação do conhecimento a partir da visão de D'Assunção de Barros e Schopenhauer, utilizando metodologicamente uma tripla estrutura de conteúdos específicos, os quais iniciam pelo nosso objeto de estudo como forma de propor ao leitor uma ambientação com a temática da avaliação do Estado Nutricional como um dos elementos de qualidade de vida de uma população indígena, passando pelos elementos gerais que a cerca.

A seguir observaremos os conceitos trazidos especialmente por Schopenhauer e Barros, como forma de alerta para o controle da nossa relação com o objeto de pesquisa, bem como a importância de pontuar com clareza os conceitos sobre aquilo que se deseja investigar, para fins de publicidade das intenções e quem sabe a estruturação de elementos que sirvam como resistência a uma realidade imposta por epistemologias dominantes.

Ao final do desenvolvimento do texto, buscaremos em evidenciar a necessidade da ciência sobre conhecimentos específicos de comunidades tradicionais como as indígenas, trazendo os conhecimentos tácitos para o debate com a finalidade de proporcionar uma representação fidedigna e respeitosa em uma

ontologia progressista, que consiga unir os conhecimentos tradicionais com as representações de conhecimento.

Os padrões de avaliação nutricional da OMS e seus conflitos

A avaliação do Estado Nutricional tem sido adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo um método ajustado e viável para a verificação das condições de vida de uma população específica (BRASIL, 2011). Porém, algumas pesquisas indicam a incompatibilidade da aplicação dos padrões deste método junto a algumas populações específicas com as Indígenas (SANTOS, 1993; BRASIL, 2009).

Tais afirmações de incompatibilidade tem se fundamentado na necessidade de consideração das características culturais, territoriais, ambientais e alimentares dessas populações. Tais características requerem do pesquisador a evidenciação dos conceitos e representações existentes nela em si, bem como em todo o sistema que dialoga com as características descritas acima, (LANGDON, WIJK, 2010).

Tendo em vista o conflito exposto por alguns pesquisadores da área específica do estado nutricional indígena, torna-se necessário o questionamento conceitual do pensamento epistemológico utilizado para formação do método vigente e, por consequência, seus padrões de referência avaliativa. Nesse cenário emerge-se a necessidade de investigação epistêmica na busca de respostas para as hipotéticas lacunas conceituais formadas, bem como o completo entendimento do fenômeno, sem perder de vista a devida distância do objeto de pesquisa a fim de neutralizar eventuais contaminações à pesquisa.

Podemos evidenciar os efeitos de termos como “*desnutrido*” e “*obeso*”, utilizados no referido contexto de avaliação indígena sem um padrão identitário de comparação específica para essas populações. Percebe-se que fundamentalmente os problemas residem nos conceitos de população indígena e não indígena, bem como o desdobramento dos mesmos onde se perpetua suavemente a hierarquização de saberes e culturas, afinal na própria cultura dos brancos, esses referidos conceitos já não soam bem aos ouvidos de adultos especialistas, então pior será aos ouvidos de crianças e adolescentes em formação e afirmação de identidade.

Reflexões a partir dos Conceitos

A partir dos estudos propostos sobre: *Os Conceitos de Representação em Schopenhauer*, originados da dissertação de Carvalho (2013), iniciamos uma reflexão sobre o pensamento acerca do mundo e a necessidade de distinguir o fenômeno da coisa-em-si, um alerta para maior atenção sobre nossas possíveis paixões a partir do tema de pesquisa proposto. A busca da expansão na relação de fundamento e consequências, traz a luz a dúvida sobre a capacidade de domínio do homem em relação a seus conhecimentos e de qual forma eludir as influências da alma, do mundo e de Deus, como se a crítica fosse um tribunal interrogatório da razão em si mesma (CARVALHO, 2013).

Neste sentido é importante a certeza de que sabemos pouco a partir da nossa visão míope sobre o outro, especialmente quando dialogamos com populações indígenas onde a ontologia, primariamente cultural deve ser criada a partir de interações, a serem precedidas por cuidados no *olhar, ouvir, escrever* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996). Essa ontologia cultural deve ser baseada em uma condição não hierárquica, de solicitude, atenção e compreensão para que os elementos tácitos implícitos nessa relação possam criar uma representação de conhecimento tácito que possa superar quaisquer pré-julgamentos do pesquisador (BESERRA, 2004).

A partir da afirmação de que: “o mundo é minha representação”, levando em consideração “a coisa em si ou número ou a coisa para si ou fenômeno”, para expressar que não conhecemos a realidade em si, ou seja, tudo que conhecemos se refere ao que somos capazes de conhecer, fruto das nossas percepções (CARVALHO, 2013), cabe-nos recorrer à problematização de elementos que, de tanta familiaridade, podem nos confundir na caminhada da pesquisa, nos exigindo um alerta sobre as questões ligadas à dinâmica territorial indígena, sem desmerecer a decisão desses sujeitos.

A própria vontade de pesquisar pode gerar uma espécie de refração que desperta as sensações advindas do ato de observar e, essa prática deve ser preparada para acontecer da forma mais ética possível, sem perder a habilidade sintética a partir da percepção dos detalhes como a arquitetura de uma maloca

indígena e suas alterações características ao longo dos anos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996).

Enquanto o espaço é uma forma de sentido externo representado por objetos exteriores ao nosso espírito, o tempo é uma forma de sentido interno pelo qual intuímos nossa atividade intelectual e emocional (CARVALHO, 2013). A afirmação do filósofo vem na linha de interação sobre a necessidade de compreender os efeitos dos estudos sobre a cultura alimentar indígena na irreversível entropia imposta pela recondução territorial, as demarcações territoriais pendentes, as quais epilagam os ambientes de cultivo agrícola indígena, recondicionando seu sentimento de pertencimento a um território ancestral e reconfigurando impositivamente seu sentido alimentar originário, o que transcende a fronteira do corpo em si e sua relação temporal de formação cartográfica (CARDOSO, 2017).

Todos nós somos sujeitos, na medida em que conhecemos, e somos, também, objetos que interagem, corpos em meio ao mundo. O sujeito e o pressuposto de toda representação, uma vez que todo objeto existe somente para ele. Portanto, tanto faz a quantidade de seres cognoscentes: desde que haja um objeto conhecido, haverá sujeito e representação integrais (CARVALHO, 2013). Tais afirmações nos remetem a atenção para a correta representação dos indígenas no cenário cultural de pertencimento, bem como a posição de responsabilidade do pesquisador em garantir as distâncias necessárias para valorizar a existência do indivíduo indígena, para consigo e seus pares aldeados ou não, concedendo-os o valor da sua cognoscibilidade como sujeito próprio representante, naquele momento científico, de uma capital simbólico único, passivo de respeito e autovalorização (SIMIS et al., 2014).

Nesse sentido existe a coisa em si, a realidade nela mesma e existe o que nós somos capazes de compreender dessa realidade, os fenômenos. Nós vivemos no mundo dos fenômenos, nós vivemos no mundo das representações e mesmo quando nosso pensamos em nós mesmos, representamos a nós mesmos (CARVALHO, 2013). Nesses termos, requer-se de nós, as mais sensíveis etapas da humildade em reconhecer suas limitações em provar suas hipóteses, bem como a isenção perante os fenômenos observados durante a pesquisa, afinal os “super-homens” já tem lugar garantido na realidade da arte cinematográfica.

Recorrendo a uma visão histórica mais abrangente, buscamos a literatura encorajada do autor José Costa D'Assunção de Barros (2016), em seu livro "Os conceitos", que traz a pauta a necessidade de análise dos conceitos, de iniciantes a catedráticos. Debruçar sobre a problema dos conceitos, especialmente como os distinguir em simples palavras, é um ato determinante no êxito da pesquisa na medida em que os leitores e demais beneficiados pela difusão de conhecimentos, gozarão da análise de conceitos como: *Comunidades Indígenas, Hierarquização de Padrões, Diversidade alimentar e Avaliação na diversidade*, dentro de um escopo analítico fundado em algumas epistemologias que contemplam a *Desconstrução* de padrões estabelecidos.

D'Assunção de Barros (2016) indica reflexões acerca dos *Conceitos e Produção de Conhecimento*, sobre os quais necessitaremos propor referências no exercício de organização das ideias já estabelecidas a partir de institucionalidades postas em nossa realidade. No caso, os referidos conceitos inerentes ao estado nutricional indígena, como o de *Avaliação, Padrão e Diversidade*, carregam em si um cenário fértil para desdobramentos conceituais e conseqüentemente para criação de um conceito específico que demarque a originalidade e relevância das características das populações indígenas.

O autor elenca como fundamentais os conceitos a serviço da ciência na produção de conhecimento, quando comunica, organiza e generaliza, dando base para os processos de comparação no tema específico. No caso, esclarecer conceitos como *indígenas, alimento e território*, permitirá a problematização através de interpretações e análises ora preteridas por uma visão ocidentalizada (MENESES, 2013). Por consequência oportunizará o aprofundamento em sínteses anteriores de como eram as condições alimentares e territoriais indígenas desses indígenas e, como isso determina os resultados da avaliação da sua qualidade de vida a partir de padrões advindos da OMS.

Evoluindo na leitura conceitual, D'Assunção de Barros (2016) identifica a relação do *conceito com a realidade*, onde a ideia de *liberdade* pode ser expressa a partir do ato de insurgência para com os padrões de avaliação das características indígenas a partir de curvas nutricionais da OMS, originados de indivíduos habitantes de localidades com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que impulsiona a necessidade de revisão da realidade posta, a partir da desigualdade

comparativa para com os indígenas, advindo de um sistema de controvérsias ocidentalmente hierarquizadas, que insiste em negar a multiculturalidade das populações indígenas (LOUREIRO, 2010).

Essa histórica negação multicultural reitera a permanente necessidade de lutas pelo respeito às suas características culturais e ambientais dessas populações. Para Barros (2016) uma conexão com os termos *revolução e liberdade* no pensamento de Hannah Arendt, revela a evolução do processo de desconstrução. Assim, os procedimentos qualitativos alusivos à qualidade de vida de populações indígenas rogam por análise mais conceitual sobre a dualidade dos termos *qualidade e vida*, na relação de pensamento indígena e não indígena.

Considera-se aqui, a possibilidade de uma manutenção no método em si, mas apenas como uma das possibilidades de análise, a qual possa ser otimizada a partir de suas virtudes, mas ainda sim reconfiguradas ou agregadas em seus *padrões*, aos quais conceitualmente não carecem de hierarquia, mas sim de caracterização própria, com olhar conceitualmente preparado para o respeito, compreensão e diálogo com os interesses e fenômenos próprios da cultura indígena.

Representação do conhecimento indígena

Nesta última parte do texto, finalmente nos debruçamos sobre como os modelos de representações de conhecimento, especialmente no campo pela biologia evolutiva, a inteligência artificial e da genética na saúde humana, podendo contribuir de forma significativa nas diversas nuances teóricas e práticas da saúde pública, em especial a saúde indígena (ALMEIDA FILHO, 1998).

Nesta questão, é salutar a proposição de possibilidades tecnológicas que venham apoiar diretamente na sistematização do monitoramento direto e indireto de populações indígenas, seja na forma direta em um planejamento a partir de informações alimentares, biométricas e correlatas, bem como indiretas exemplificadas na qualidade das águas, do solo e do ar, na compreensão dos elementos e condições ambientais nos quais vivem, cultivam, se hidratam e alimentam (ALMEIDA FILHO, 1998). Se essas representações tecnológicas conseguem apoiar as evoluções em setores da saúde geral, assim poderão oferecer

as possibilidades da inteligência artificial e demais representações tecnológicas em favor dos interesses específicos das populações indígenas.

O planejamento de um sistema específico para populações indígenas, deve ser precedido pela aquisição de conhecimentos tradicionais com as devidas fronteiras éticas de uma pesquisa etnográfica por exemplo. Emerge-se assim a necessidade de ampliação dos conhecimentos tácitos, os quais serão suportes valiosos no desenvolvimento de um sistema inteligente que sintetize uma estrutura eficiente, em uma dada base de conhecimento, as definições de expressividade semântica, compatibilidade de vocabulários, em uma relação construída a partir da interação entre pesquisador e grupo social a ser estudado (PINTO; GUAZZELLI, 2008).

Essas definições semânticas e compatibilidade vocabular são fundamentais para a criação de definições que apoiem o desenvolvimento de pesquisas como na Bioinformática, especialmente as definições em ontologias, necessitam de uma condição definida para seu desenvolvimento operacional, na medida em que a conceituação buscada para subsidiar a representação de um conhecimento necessita de uma abstração e compreensão das múltiplas características envolvidas nos agentes do conhecimento, sendo estas, fundamentais para atingir uma representação fidedigna e compreensível (CAMPOS, 2010).

Mas não esqueçamos da árdua tarefa de contemplar a diversidade cultural brasileira expressa, por exemplo, nas diversas comunidades tradicionais, como as indígenas. O desafio inicialmente pode parecer simples do ponto de vista metodológico, mas ao verificarmos a necessidade de um maior entendimento sobre as características de cada comunidade tradicional, exige-se uma pesquisa preliminar sobre as mesmas, a fim de garantir respeito e a devida distância para a proposta a ser desenvolvida como base em conhecimentos tradicionais (CALEGARE, 2014).

O conhecimento de comunidades tradicionais, pode ser denominado como *Etnoconhecimento*, o qual suscita o desafio de definir os elementos de junção e influência que formam suas estruturas, justamente por sua diversidade e pluralidade. Assim como o texto de Campos (2010) questiona: "em que termos ontológicos devemos pensar o mundo?", em nossas pesquisas, ao escolher e selecionar nossa ontologia, daremos conta da representação que temos do mundo e da nossa área, o que pode ser diferente (e provavelmente será) para as comunidades que

pesquisamos. Por isso essa necessidade de estudos mais aprofundados buscando também ontologias não dominantes, fazendo diálogo entre as definições teóricas e práticas (CAMPOS, 2010).

Conclusão

Estes importantes momentos de reflexão acerca dos conceitos e a temática da avaliação nutricional indígena contribuem para a construção de um novo cenário no campo das propostas de pesquisa em representação do conhecimento

Certamente algumas dificuldades nessa reflexão não podem ser minimizadas, cabendo-nos vivê-las e transformá-las em força no presente e motivação para o futuro que se desenha dia a dia dentro da pesquisa acadêmica.

Pensar pesquisas a partir de populações margeadas pelo sistema, nos motiva a enfrentar as dificuldades impostas coletivamente, sem perder de vista a grande contribuição das práticas de investigação científica a partir dos conceitos. Apesar de simples, os conceitos nos permitem um exercício fundamental de crítica a nós mesmos e a realidade na qual estamos inseridos;

O fato de exercitarmos conceitualmente o universo que circunda nossas pesquisas, nos oferece eventos de reflexão e ao mesmo tempo de formação para um quase combate científico às mazelas desdobradas de um rizoma social crítico e carente de um levante em oposição a algumas realidades postas, especialmente quando analisamos o contexto histórico dos povos indígenas.

Esse exercício epistêmico a partir da diversidade e multidisciplinaridade exercitada no processo do fazer, nos habilita a fazer mais pela construção de dias melhores na relação da ciência com o binarismo social entre dominado e dominante que tende a levar a espécie humana a um colapso.

Cabe a nós a proposta de uma nova convivência ética na relação de indivíduo para indivíduo, bem como na do indivíduo com para natureza. Sejamos então, a partir do conhecimento, parte do conjunto de levante contra os historicamente privilégios e privilegiados, propondo novas epistemologias que reposicionem nossas conexões políticas, científicas, éticas, filosóficas e cotidianas, em favor de um mundo mais justo e com igualdade de oportunidades.

Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar; et al., (orgs). *Teoria epidemiológica hoje: fundamentos, interfaces, tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. 256 p.

BARROS, José D'assunção. *Os Conceitos Seus Usos Nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

BESERRA, Bernadete de Lourdes Ramos. Quem pode representar quem? Notas sobre sentimentos e relações de poder numa pesquisa de campo. *Etnia*, Olavarría, Argentina, v. 46-47, p. 27-43, 2004.

BRASIL. *Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas: Relatório Final – Análise de dados no. 7*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN* – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. *Ambiente e sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 115-134, 2014.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. O papel das definições na pesquisa em ontologia. *Perspectivas em Ciência da Computação*, v15, n.1, p. 220-238, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, ROBERTO. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia*, Vol. 39, No. 1, 1996.

CARDOSO, Diogo; CURA, Sara; VIANA, Wiliam; QUEIROZ, Luiz; COSTA, Maria. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*. Porto, n. 11, p. 83-97, 2017.

CARVALHO, Diego Uchôa Souza. *Os conceitos de representação em Schopenhauer*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – Paraíba, 2013.

LANGDON, Esther Jean; WIJK, Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, v18(3), 2010.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Desenvolvimento, meio ambiente e direitos dos índios: da necessidade de um novo ethos jurídico. *Revista direito GV*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 503-526, 2010.

MENESES, RAMIRO DÉLIO BORGES. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. *Universitas PhilosoPhica*, v. 60, n. 30, p. 177-204, 2013.

PEDREIRA, Hugo Prudente Da Silva. Aldeia Velha, “nova na cultura”: Reconstituição territorial e novos espaços de protagonismo entre os Pataxó. *Cadernos de Arte e Antropologia*, n. 2, v. 2, p. 31-41, 2013.

PINTO, Celi Regina Jardim e GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SANTOS, Ricardo Ventura. Crescimento físico e estado nutricional de populações indígenas brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, supl. 1, p. s46-S57, 1993.

SIMIS, A., BRUNELLI, AF., REBECHI JUNIOR, A., NAPOLITANO, CJ., GONZALES, LS., GOBBI, MC., MACIEL, S. (Org). *Comunicação, cultura e linguagem*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. 429 p.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/2020

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424